



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9336 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

PRONERA: A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO/NO CAMPO E A RESISTÊNCIA FRENTE AO DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele da Rocha Souza - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Célia Beatriz Piatti - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**PRONERA: A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO/NO CAMPO
E A RESISTÊNCIA FRENTE AO DESMONTE DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Resumo

Este texto objetiva trazer resultados parciais da pesquisa sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e sua relação com a expansão na Educação Superior do/no Campo e a luta pela resistência após cinco governos, desde sua origem em 1998. A metodologia utilizada é a análise documental e estatística com a utilização de dados e planilhas do INCRA, Legislação e produções científicas sobre o tema, guiada pela abordagem do materialismo histórico-dialético. Atualmente, o programa passa por processo de desmonte estrutural, político e financeiro que representa retrocesso das conquistas pela educação como política pública proporcionada pelo governo.

Palavras-chave: Educação do/no Campo, Educação Superior, Políticas Públicas

Criado em 1998 pelo Ministério Extraordinário de Políticas, por meio da publicação da Portaria 10/98 e consolidado em 2010 com o Decreto 7.352/2010, ou decreto da Educação do Campo, em 2010 o PRONERA é autorizado por Lei e, assim, o programa continua vigente após cinco governos, de 1998 até a atualidade.

O programa atende jovens e adultos dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo INCRA; quilombolas e trabalhadores acampados cadastrados na autarquia; e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNF). Foi criado visando combater o analfabetismo no campo começando pelo EJA e avançando para cursos de nível médio, técnico, superior e de pós-graduação.

Educação do Campo é um conjunto de princípios, políticas e práticas forjados pela classe trabalhadora do Brasil, em luta pelo processo de conhecimento para construção de outro projeto de campo, outro projeto de desenvolvimento, contemplando as minorias, os sujeitos do campo em suas especificidades, como a diferenciação dos conceitos Educação

Rural e Educação do/no Campo (MOLINA, 2020).

Segundo Souza (2006, p. 51), o “sentido da educação rural aparece quando há referência à política educacional do início e decorrer do século XX, cuja preocupação era com ações que pudessem superar o “atraso” presente entre os trabalhadores e moradores do espaço rural”. Assim, Ribeiro (2010) enfatiza que a educação rural funcionou como instrumento formador tanto de uma mão de obra disciplinada para o trabalho assalariado rural quanto de consumidores dos produtos agropecuários gerados pelo modelo agrícola importado.

Para Campos e Pizzeta (2020) o termo “no” é entendido com sentido de lugar, estar ligado ao direito de ter uma escola no lugar onde vive. E o termo “do” tem uma conotação pedagógica e política, pois significa que essa educação parte da realidade concreta dos povos do campo, levando em consideração sua história, memória, crenças entre outros aspectos.

Articulada a esse conceito de Educação do/no Campo insere-se a Metodologia da Alternância ou Pedagogia da Alternância que

[...] atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio socioprofissional do jovem em momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos (TEIXEIRA, BERNARTT e TRINDADE, 2008, p 229).

A metodologia da alternância é caracterizada por dois momentos de estudos desenvolvidos nos centros de formação (Tempo Escola) e desenvolvidos na comunidade (Tempo Comunidade) (MANUAL PRONERA, 2016), contemplando, assim, situações da realidade do público participante e permitindo a solução de problemas e, simultaneamente, sua capacitação.

Para tanto, o PRONERA necessita de recurso para se manter funcionando, sendo a maior parte desse recurso oriundo do Governo repassado e fiscalizado pelo INCRA. Porém, em 21 de fevereiro de 2020 foi publicado o Decreto 10.252/2020, que altera a estrutura regimental do INCRA e extingue a coordenação responsável pela gestão do PRONERA. O programa continua dentro da autarquia em uma divisão com menor recurso.

Manter os cursos de Educação Superior pelo PRONERA ainda é um desafio, posto que aparenta não fazer parte do projeto do atual do governo. Segundo Lucena e Molina (2021) o programa vem sofrendo desmonte com redução drástica dos recursos, além do esvaziamento da instituição executora e a extinção de espaços de participação social, criando mais um desafio para as comunidades, instituições parceiras e movimentos sociais: garantir a manutenção dessa política geradora de conquistas para Educação do Campo.

O trabalho com a formação pelo PRONERA chama a universidade para sua responsabilidade social, que deve ser referenciada pela instituição de ensino, evitando que se transforme em uma organização social orientada pelas empresas (SANTOS 2005, p. 91).

O contexto neoliberal expressa sua lógica nas diretrizes e políticas. O embate surge na contramão, buscando políticas de inclusão (entre elas o PRONERA) que favoreçam o acesso a grupos que não se enquadram nos padrões meritocráticos e hegemônicos tradicionais (MACIEL, PIATTI & SOUZA, 2019).

Apesar das dificuldades enfrentadas, pode-se apresentar resultados preliminares dessa pesquisa de atuação do programa, pois em nível federal, o PRONERA já possibilitou a formação de aproximadamente 5.347 alunos em nível superior. Segundo dados do INCRA (2019), mais 190 mil estudantes foram beneficiados em cursos que vão de alfabetização à pós-graduação, possuindo articulação com mais de 100 instituições envolvidas na oferta de

cursos por todo o país.

O cenário explicitado pela trajetória do PRONERA e a Educação no/do Campo associa-se às contradições vivenciadas na busca pela democratização da educação, mais especificamente, aqui, a Educação Superior, uma vez que a universidade “ainda não oferece um nível de educação que seja de acesso para todos, tendo um sistema seletivo que exclui parcela significativa da população, como os camponeses” (MACIEL, PIATTI E SOUZA, 2019, p. 1070).

Oportunizar o acesso à educação superior para os beneficiários da reforma agrária é um meio de promover políticas públicas de educação do Campo como forma de inserção de sujeitos no processo de descolonização do conhecimento, promovendo uma educação, segundo Mészáros (2005), “para além do Capital”.

Para Maciel, Piatti e Souza (2019) os rumos da política atual refletem na atuação e desenvolvimento do PRONERA. As incertezas pairam sob a liberação de recursos financeiros. Também enfocam as propostas do governo de privatizar a Educação Superior, o que impõe, novamente, superar a origem da educação do campo que nasceu tomando posição contra o modelo de desenvolvimento de disparidades sociais, políticas e econômicas.

Contudo, os resultados da pesquisa mostram que o PRONERA protagoniza-se como política de expansão de Educação Superior do/no Campo com os números de cursos e de alunos formados. Apesar do desmonte, há frutos dessa política: professores e profissionais de diversas áreas formados e atuando em suas comunidades e instituições parceiras.

As considerações pairam sobre a continuidade e manutenção do acesso à Educação Superior para Jovens e Adultos do campo, posto que a Educação Superior Pública sofre ataque, denotando retrocesso das políticas anteriormente conquistadas

Referências

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOLINA, M. C. Educação do Campo e os desafios da produção do conhecimento. In **III Colóquio Nacional de Educação, Políticas e Sociedade. Políticas, Educação do Campo e pesquisa na Amazônia: desafios em tempo de pandemia, 2020,** Cametá/PA. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=x23tbJrJb0s>. Acesso em 04/08/20.

CAMPOS, D. e PIZZETA, A. **Educação do Campo.** [Entrevista concedida a Edgard Rebouças. Educação do Campo Programa Temas em Educação. Programa produzido pela Universidade Federal do Espírito Santo, uma parceria entre o Centro de Educação (Laufes), a TV Ufes e o Curso de Comunicação, abordando temas em educação. Edição número 6. [Entrevista concedida a Edgard Rebouças. 16 jul. 2018. Disponível em <https://youtu.be/kUiGs4xVpDY>. Acesso em 30/06/20.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INCRA, Educação. **Histórico do Pronera.** Disponível em http://www.incra.gov.br/pronera_historia. Acesso em 18/10/19.

LUCENA, M. L. M e MOLINA, M. C. O Desmonte do Pronera e a Necessária Resistência

Pelo Direito à Educação dos Povos do Campo. *In* Série: **Anais do XXVIII Seminário Nacional Universitas/BR**: políticas de educação superior: tendências e perspectiva. Livro 3 Política de educação superior: educação profissional tecnológica e do campo/vários autores; organizado por Deise Mancebo, Renata Ramos da Silva Carvalho, Diana Regina dos Santos Alves Ferreira e Suelayne Lima da Paz. – Anápolis, GO: Ed. UEG, 2021

MACIEL, C.E., PIATTI, C. B e SOUZA, G. R., Inclusão, Educação Superior e Educação do/no Campo: o PRONERA com Contexto do Capital. *In* **RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1068-1092, set. 2020. e-ISSN: 1519-9029 DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.1433>

SOUZA, M. A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. de L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 227-242, 2008. DOI: 10.1590/S1517-97022008000200002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28085> Acesso em: 20/01/20.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual de Operações**: Pronera. Brasília, 2016.

MÉZÁROSI. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.